



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Carlos Henrique, servidor público federal estável, é ocupante do cargo de Analista Administrativo no Ministério da Saúde, com lotação em Brasília/DF desde 2014.

Dois meses atrás, foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra Carlos, acusado de ter se ausentado do trabalho por 10 dias úteis consecutivos sem apresentar justificativa formal.

Ocorre que, apesar de Carlos não ter apresentado fisicamente os atestados médicos, indicando que esteve sob tratamento psiquiátrico por síndrome do pânico, com afastamento recomendado por profissional do SUS, ele comunicou verbalmente sua chefia imediata na época, avisando-a que entregaria os atestados quando retornasse, como o fez.

Apesar disso, a comissão de julgamento do PAD, do qual fazia parte João, com quem teve sérias desavenças no trabalho e que ainda não teria garantido sua estabilidade, concluiu o processo administrativo com recomendação de demissão, sob o argumento de “abandono de cargo” (art. 132, inciso II, da Lei nº 8.112/90). O ato demissional foi publicado no DOU vinte dias atrás, tendo sido assinado por Luciana, chefe do setor que trabalhava, que manifestou como seu dever acatar a decisão da comissão.

Carlos soube da demissão somente no dia de ontem e procurou advogado no mesmo dia. Informou que não foi informado sobre o processo administrativo, nem mesmo intimado de sua demissão, mas possui toda a documentação médica comprovando o afastamento e nexos com tratamento de saúde mental.

Como advogado, maneje a ação cabível ao caso, tendo ciência de que a autoridade coatora tem foro por prerrogativa de função sendo que as ações devem iniciar no Tribunal Regional Federal.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Juliano, morador do Município Y que possui mais de 45 mil habitantes, é proprietário de um terreno no centro da cidade. No último ano, várias denúncias direcionadas à prefeitura relataram que o terreno está muito sujo, vem sendo utilizado como depósito de lixo, contribuindo para a proliferação de ratos e baratas.

Após proceder todas as formas de notificação do proprietário para que fosse feita a limpeza do terreno o Município deu início as notificações para parcelamento, edificação ou utilização compulsória.

Após expirar todos os prazos, o prefeito determinou o aumento da alíquota do IPTU, mas ficou com dúvida sobre os próximos passos em caso de inércia do proprietário, por isso contrata você para responder as seguintes dúvidas:

A) Levando em conta o caso narrado, existe algum prazo estabelecido para majoração da alíquota do IPTU? (0,65)

B) Após cinco anos de cobrança majorada da alíquota sem o cumprimento da obrigação pelo proprietário, o Município poderá desapropriar o imóvel? Qual é a forma apropriada de pagamento? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Associação X, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sua finalidade dirigida à iniciação científica, buscou qualificar-se como Organização social. Após firmar o contrato de Gestão, a Associação necessitava de uma novo local e recursos para realizar as atividades relacionadas no contrato de gestão.

O Poder Público destinou como nova sede um prédio público que estava desocupado e com o recebimento dos recursos orçamentários foram adquiridos novos materiais de pesquisa científica.

Após dois anos da qualificação, o poder público notou um descumprimento das finalidades do contrato, após formal processo administrativo, sendo assegurado o direito de ampla defesa, ocorreu a desqualificação da Associação X como Organização social.

Diante do narrado, responda:

A)A Associação X pode receber do poder público recursos orçamentários como fomento às atividades do contrato de gestão? (0,60)

B)Após a desqualificação, os bens que foram destinados ao cumprimento do contrato permanecem com a Associação X desqualificada? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

João é servidor público municipal responsável pela secretaria de obras e contratou verbalmente a empresa Obracerta para prestação de um serviço de reforma de um ponto turístico da cidade, ajustando o pagamento para o final do serviço.

Passados 6 meses de trabalho, ao concluir o serviço, Marcos João negou o pagamento à empresa, mencionando que não houve licitação e muito menos contrato, não sendo válido o contrato verbal de prestação de serviço público e por isso não haveria como comprovar o pagamento da reforma.

Salienta-se que a empresa arcou com todo material e custos da obra no montante de R\$ 150.000,00 o valor a ser recebido.

Diante do fato, responda utilizando a nova lei de licitações:

A) É válido o contrato verbal com a administração que envolva prestação de serviço na forma narrada? (0,65)

B) Caso o contrato fosse considerado nulo, cabe a administração pública o pagamento pelo serviço prestado pela empresa? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Alberto, prefeito do município X, praticou conduta ímproba de desvio de verbas públicas, sendo comprovado seu dolo. Ao ser processado pelo ato de improbidade administrativa, logo no início do processo o juiz deferiu o pedido de indisponibilidade de bens requerido pelo Ministério Público, mesmo sem nenhuma comprovação de sua relevância.

Sobre os bens de Justino, irmão de Alberto, também recaiu a indisponibilidade, sendo justificado em razão de um aumento patrimonial significativo durante o período de desvios de Alberto.

Diante do narrado, responda:

A) A indisponibilidade de bens pode ser determinada sem a demonstração de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo? (0,65)

B) A indisponibilidade de bens do irmão de Alberto sem a demonstração de que seu crescimento patrimonial teve ligação com o desvio de verbas foi correta? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel



@ProfIgorMaciel